

prisma.soc

Newsletter da Sociologia de Coimbra

Número 1 Fevereiro 2014

FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



Foto: Jenni Simpson

No Terreno

João Aldeia (4)

Socionet

Sílvia Ferreira (6)

Vaivém

Léa Barreau-Tran (8)

Rebeca Prazeres (13)

Encontro

Beatriz Caitana (10;16)

Sílvia Ferreira (21)

Projeto

Paulo Peixoto (12)

Ensaio

Elisabete Viais (14)

Ana Alves da Silva (18)

À Margem

Alexandra Correia (17)

Ganhar a Vida

Michel Rosa (22)

Ufa!

Teses, Dissertações,
Relatórios (23)



Um compromisso e um desafio

Desde 1988 que a Sociologia tem existência institucional formal na Universidade de Coimbra. Surgiu na Faculdade de Economia já com antecedentes. Além das disciplinas que um grupo de docentes oferecia à Licenciatura em Economia, a Sociologia de Coimbra tinha expressão pública, anterior a 1988, através do Centro de Estudos Sociais e da publicação da *Revista Crítica de Ciências Sociais*.

Tal como o CES e a RCCS, também a Sociologia de Coimbra se renovou e cresceu. Sinal dessa renovação e desse crescimento é o feliz surgimento deste número um da Newsletter *prisma.soc*. Com publicação semestral, a *prisma.soc* constitui um compromisso de alunos e professores com o futuro da Sociologia. Por isso, trata-se também de um desafio. Feita a partir de Coimbra, com os olhos postos nas leituras alternativas do social, a *prisma.soc* pretende trazer a lume reflexões, textos e ensaios que revelem a outra sociedade e o outro país, aqueles que os olhares dominantes ou ingénuos fazem esconder por detrás da sua narrativa convencional ou distorcida. Feita por estudantes de Sociologia e contando com a colaboração de professores seus, a *prisma.soc* alimenta e alimenta-se deste compromisso e deste desafio. Fundada num capital longamente conquistado de saberes críticos, a nova publicação tem em vista consolidá-lo e dar-lhe expressão material, paralela ao labor diário dos nossos cursos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento. Parte do lugar onde a Sociologia se instalou em Coimbra - a Faculdade de Economia -, mas o seu destino é amplo. É, em primeiro lugar, o espaço de debate e a livre circulação de ideias e testemunhos. É, depois, o terreno onde se cruzam disciplinas e afetos, visões críticas do mundo e discursos por fazer acerca da vida e das condições de existência humana. O surgimento desta *prisma.soc* é um momento de grande alegria. Para nós, que a fazemos e a desejamos partilhar e, assim também, para quem a recebe e com ela se associa neste misto de compromisso e desafio.

Editorial



Comissão Editorial



Na foto (da esquerda para a direita):

Beatriz Caitana – Doutoranda em Sociologia
beatriz.caitana@gmail.com

Jennifer Simpson – Doutoranda em Sociologia
simpson.jennifer@gmail.com

André Correia – Professor de Sociologia
correia@fe.uc.pt

Carlos Fortuna – Professor de Sociologia
cfortuna@fe.uc.pt

Sílvia Ferreira – Professora de Sociologia
smdf@fe.uc.pt

A Sociologia em Coimbra

A Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra foi criada em 1988, e tem atuado nos três ciclos de estudos superiores, quer ao nível na formação de base da Sociologia, quer ao nível de programas de Mestrado (2.º ciclo) e de Doutoramento (3.º ciclo), tanto gerais como especializados. Além do Mestrado e do Doutoramento em *Sociologia*, existem também os doutoramentos especializados em *Sociologia: Cidades e Culturas Urbanas* e *Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo*, estes últimos desenvolvidos em parceria com o Centro de Estudos Sociais.



Foto: Jenni Simpson

Passei os últimos 3 anos a investigar o fenómeno dos sem-abrigo, ainda que com períodos de maior e menor contato com o terreno, inicialmente no âmbito do mestrado, agora no do doutoramento. Um dos maiores problemas com que recorrentemente me deparo é a minha própria posição no campo. Por mais que procure sempre informar os indivíduos sem-abrigo de que estou a realizar um estudo sobre o referido fenómeno para a universidade, o trabalho de um sociólogo é de difícil compreensão exterior. É frequente ser confundido com os profissionais do setor assistencialista. Noutras situações, sou transformado em potencial fonte de obtenção de recursos (os pedidos de dinheiros ocorrem, mas também as críticas ao setor assistencialista, diretamente dirigidas a mim com a esperança de que eu as transmita aos profissionais do sector e algo mude). Em certos outros casos, que são os que me interessa agora discutir, passo de sociólogo a «amigo»: mesmo sabendo as pessoas que estou a realizar um trabalho sobre o fenómeno, a relação que estabelecemos é interpretada como estando «fora» do meu trabalho.

As vantagens e desvantagens deste último posicionamento são várias. Enquanto «amigo», acedo a informação a que não acederia de outro modo. Mas, dado que sou «amigo», espera-se que não faça um uso profissional dessa mesma informação, nem mesmo em registo de confidencialidade. Como «amigo», a possibilidade de estar presente em muitas situações aumenta. Mas também aumenta um certo sentimento de «traição pessoal» quando, seja por que motivo for, não estou com aquela pessoa durante o que esta considera um período de tempo de maneira demasiado longo. Este posicionamento reflete-se em todo o meu trabalho.

Nomeadamente, repercute-se no momento esquecido pelos manuais de «como fazer etnografia»: a saída do terreno. A saída é tacitamente percebida como um momento decidido pelo investigador, em função dos seus objetivos e dos limites temporais do trabalho. Isto pode valer para outras metodologias, mas não para a etnografia. Em particular, a intensidade relacional deixa fora do meu controlo o momento em que uma relação terminará. Os amigos chateiam-se. O investigador encarado como fonte de obtenção de recursos pode facilmente deixar de ser uma relação interessante para um indivíduo que se apercebe que, afinal, não melhora a sua vida de um modo substancial através desta relação.

Foi precisamente isto que aconteceu na minha relação com o indivíduo com quem interagi de modo mais intenso e frequente durante o meu trabalho de campo de mestrado. Ao longo do período em que nos relacionámos, começou a tornar-se habitual que este me pedisse dinheiro. Conhecendo a sua situação de pobreza extrema e sabendo que, quando tais pedidos ocorriam, era grande a probabilidade de esta pessoa estar com fome, dei-lhe dinheiro algumas vezes. Sempre tentei realçar que era uma posição ambígua para mim, que a nossa relação era profissional, apesar de simpatizarmos pessoalmente um com o outro. Os pedidos começaram a tornar-se mais frequentes e a ser interpretados por este indivíduo como o «estado natural» daquela relação. O meu desconforto aumentava a cada pedido.

Certo dia, neguei dar-lhe dinheiro, procurando explicar novamente a minha posição: era pouco pacífico estar a dar-lhe dinheiro dado que a nossa relação era profissional. Argumentei também que, na altura, não era ainda bolseiro de doutoramento, pelo que tinha menos

João Aldeia
Doutorando em Sociologia

dinheiro disponível (um argumento que, retrospectivamente, vejo como sendo de uma violência atroz, dado que, com ou sem bolsa, a nossa diferença de rendimento é enorme). Os meus argumentos não foram bem aceites. O meu anterior «amigo» insultou-me de forma violenta, chegou a tornar-se fisicamente agressivo. No momento da ruptura, olhava para ele, enquanto procurava explicar a minha posição novamente, e sabia que a probabilidade de ser agredido aumentava a cada minuto que passava.

Conhecia bem a sua história de vida, muito marcada por episódios frequentes de grande violência física, o que me deixava ainda mais tenso. O esforço que ele estava a fazer para se controlar e não me agredir era visível. Acusou-me de o andar a controlar, mandado pelas instituições assistencialistas. Acusou-me de lhe telefonar todos os meses quando recebia o Rendimento Social de Inserção para descobrir em que ele gastava esse dinheiro. Tudo isto enquanto me ia batendo com a mão no peito, agitado. Disse-me que quando eu saía de junto dele ia para casa, onde podia comer o que queria, ao contrário dele. Acusou-me de ser «mau amigo» (dado que, como me disse, «um amigo dá a camisola que tem vestida a outro amigo que precise»). Deixou no ar uma ameaça de represálias físicas futuras, dizendo que «ia descobrir com mais certeza de que modo eu o andava a controlar e depois falávamos».

Acabou por ir embora do local em que nos encontrávamos sem mais problemas. Mas a relação estava definitivamente quebrada. Tinha exigido explicitamente que eu saísse da sua vida. Saí daquele encontro assustado, e o receio pela minha integridade física não era questão de menos importância. Sabia que a probabilidade de nos cruzarmos na rua por mero acaso e de ele me tentar agredir não era elevada, mas estava, contudo, presente, pelo que era significativa. Imediatamente após a saída do local, telefonei à minha orientadora de tese a expor a situação. (Como sempre, esta revelou-se bastante mais disponível para aturar os meus devaneios do que seria exigido.) Foi tudo menos uma conversa de conteúdo, reveladora do valor sociológico do que havia ocorrido. Foi um desabafo, um pedido de compreensão, uma avalia-

-ção do risco de agressão. A isto acrescia uma sensação de «luto» pela perda da relação em torno da qual construí o meu trabalho de mestrado.

Passadas algumas semanas, cruzei-me efetivamente com o meu anterior «amigo» numa deslocação ao terreno. Ele estava com um grupo de pessoas pelo que cumprimentei todos os presentes, não mencionando o ocorrido. Pediu-me para falarmos à parte do resto do grupo. Desculpou-se pelo sucedido. Respondi-lhe que não havia nada a conversar, que compreendia o motivo pelo qual ele tinha reagido como reagiu. Nenhum de nós o explicitou, mas tínhamos atingido um ponto sem retorno.

Despedimo-nos educadamente, com ele a dizer que me telefonaria para nos encontrarmos dentro de algum tempo. O telefonema nunca foi feito. Ambos sabíamos que não voltaríamos a encontrar-nos propositadamente, que qualquer interação futura seria fruto do acaso e sempre apenas quando o meu trabalho de campo me levasse até a um local onde um grupo de pessoas se encontrasse e em que ele estivesse presente. Mesmo aí não voltaríamos a conversar durante várias horas sobre a sua vida e os seus problemas. Não fiquei «ofendido», dado que a ofensa não tinha lugar numa relação de terreno como aquela era para mim. Não foi uma amizade que terminou. Mas a reclassificação de uma relação de investigação como «amizade» é potenciada por todos os envolvidos. O tempo passado e a intensidade crescente afetam-me como o afetam a ele. Ele perdeu alguém com quem desabafava, a quem se queixava das injustiças que sofria, alguém junto a quem podia pensar sobre a sua vida. Eu perdi um informador privilegiado. Perdi também alguém que foi parte da minha vida durante 2 anos. O que fica, porém, é o facto de que, apesar de continuar a acreditar que não foi justificável que ele me tenha insultado e ameaçado, ele tinha razão: a relação terminou, eu vim para casa, onde escrevo estas linhas, e ele, ele ficou na rua, ainda a ser maltratado, ainda injustiçado, ainda a passar fome por vezes. E nisto não há qualquer justificação moral ou deontológica que me proteja. ■

Sites

Sociology Lenz

<http://thesocietypages.org/sociologylens/>

Blog associado à revista *Sociology Compass*, com posts, vídeos e textos diários sobre temas relevantes para a sociologia enquanto disciplina, notícias da sociologia ou temas atuais vistos pelo olhar sociológico.

Sociological Images

<http://thesocietypages.org/socimages/>

Promove o desenvolvimento da imaginação sociológica a partir da discussão de imagens do quotidiano enquadrando-se nos desenvolvimentos da sociologia visual com a ambição de ultrapassar o público disciplinar, mas constituindo também um recurso prático para o ensino.

Sociological Imagination

<http://sociologicalimagination.org/>

Pretende-se um fórum aberto onde estudantes e académicos/as podem estabelecer redes, coordenar atividades e negociar coletivamente a política da sociologia. Inclui notícias, artigos sobre debates atuais na sociologia e uma secção sobre a sociologia pública, bem como links e referências.

Global Sociology Live é um curso experimental na University of California que inclui aulas de M. Burawoy, D. Harvey, M. Watts, P. Evans, E. Wright, C. Garavito.

<http://www.isa-sociology.org/global-sociology-live/>

Aulas de Boaventura de Sousa Santos sobre as Epistemologias do Sul

<http://saladeimprensa.ces.uc.pt/?col=canalces&id=5629>

Conferência de homenagem a Richard Sennett, com a C. Calhoun, B. Latour, A. Rusbridger, J. Wajcman, D. Adjaye, G. Mulgan, R. Rogers, P. Toynbee (London School of Economics).

<http://youtu.be/AYRvU5d2faA>

Entrevista a Zygmunt Bauman sobre a modernidade líquida.

<http://youtu.be/X4YGdggCWd8>

Aula Magistral de Immanuel Wallerstein (Centro de Estudos Sociais)

<http://saladeimprensa.ces.uc.pt/?col=canalces&id=2153>

Associações

Associação Portuguesa de Sociologia: <http://www.aps.pt/>

Associação Internacional de Sociologia <http://www.isa-sociology.org/>

Sociedade Brasileira de Sociologia <http://www.sbsociologia.com.br/>

Associação Francesa de Sociologia <http://www.afs-socio.fr/>

Associação Britânica de Sociologia <http://www.britisoc.co.uk/>

Federação Espanhola de Sociologia <http://www.fes-web.org/>

Associação Europeia de Sociologia <http://www.europeansociology.org/>

Associação Americana de Sociologia <http://www.asanet.org/>

Sílvia Ferreira
Docente em Sociologia



Universidade de Évora
14 - 16 abril / 2014

VIII Congresso Português de Sociologia

40 ANOS DE DEMOCRACIA(S):

PROGRESSOS, CONTRADIÇÕES E PROSPETIVAS

Cronograma do Congresso (provisório)

14 Abril (segunda)	
08h30-10h00	Acreditação
10h00-11h00	Sessão de Abertura
11h00-12h30	Conferência de Abertura
14h30-16h00	Sessões Semi-plenárias / Mesas Redondas
16h00-18h00	Sessões das ST/AT
20h00	Sessão Cultural
15 Abril (terça)	
09h30-11h00	Sessões das ST/AT
11h30-13h00	Sessões Semi-plenárias / Mesas Redondas
14h30-16h00	Sessões das ST/AT
16h30-18h00	Sessões das ST/AT
18h30-20h00	Sessões das ST/AT
20h00	Jantar do Congresso
16 Abril (quarta)	
09h30-11h00	Reuniões das AT/ST
11h30-13h00	Sessões Semi-plenárias / Mesas Redondas
14h30-16h00	Sessões das ST/AT
16h30-18h00	Sessões das ST/AT
18h30-20h00	Sessão de encerramento Assembleia-geral APS Eleição Órgãos da APS

Conferência Inaugural

Ulrich Beck

Sessões Semi-Plenárias

Educação, cultura e desigualdades
Tecnologia, profissionais e utilizadores
Educação, consumo e alimentação
Demografia num país desigual
Formas de pobreza em contexto de crise
Qualificação e direito ao trabalho na era das "competências"

País de migrações ou mobilidade global?
Esfera pública, movimentos sociais e cidadanias
Modos de vida e valores
Dinâmicas do xadrez territorial
Metamorfoses do Estado e políticas públicas

Mesas Redondas / Sessões Semi-plenárias

Sociologia e Sociedade: viagem por 40 anos de democracia
Desafios da Sociologia em Portugal: ensino, ciência e profissão
A Ciência em Diálogo
A Europa em questão: democracia e conhecimento.
Diplomados, trajetórias e inserções profissionais
Poder Local: a experiência dos Sociólogos
Intervenção social: a experiência dos Sociólogos

Sessões paralelas

Sociologia e associativismo científico a partir do Sul:
estratégias de articulação nacionais e internacionais
Experiências Profissionais (título provisório)

Secções Temáticas (ST)/Áreas Temáticas (AT)

Ambiente e Sociedade [ST]
Arte, Cultura e Comunicação [ST]
Cidades, Campos e Territórios [AT]
Classes, Desigualdades e Políticas Públicas [ST]
Conhecimento, Ciência e Tecnologia [ST]
Sociologia do Consumo [ST]
Crenças e Religiosidades [AT]
Sociologia do Desporto [ST]
Dinâmicas Populacionais, Gerações e Envelhecimento [AT]
Direito, Crime e Dependências [AT]
Sociologia da Educação [ST]
Sociologia das Emoções [ST]
Experiências Profissionais [AT]
Famílias e Curso de Vida [ST]
Globalização, Política e Cidadania [AT]
Identidades, Valores e Modos de Vida [AT]
Migrações, Etnicidade e Racismo [AT]
Modernidade, Incerteza e Risco [AT]
Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais [ST]
Sociologia da Saúde [ST]
Segurança, Defesa e Forças Armadas [ST]
Sexualidade e Género [ST]
Teorias e Metodologias [AT]
Trabalho, Organizações e Profissões [ST]

Outras informações disponíveis em: http://www.aps.pt/viii_congresso/

A minha relação com a sociologia nem sempre foi de amor. Foi um pouco um “je t’aime moi non plus” porque a minha formação inicial é a literatura. O sistema da escola secundária na França é dividido em três áreas: as letras, as ciências sociais e económicas (com uma componente de sociologia) e as ciências naturais. Escolhi as Letras pelo meu gosto pelas artes, sobretudo pelo teatro e pelo meu espírito *hippy* da altura. Passava a vida a ver filmes, ler poesias e montar projetos artísticos de gosto um pouco duvidoso. Mas o importante é a vontade de criar, não é?

Depois do meu bacharelato, fugi dos problemas de casa e fui viver para o Brasil durante um ano, em Campo Grande no Estado do Mato Grosso do Sul. Esta viagem mudou a minha perceção do mundo e das questões sociais que os países do hemisfério Sul enfrentam. No final de contas, encontrava vários paralelismos com as problemáticas que conhecemos na Europa (racismo, exclusão social, falta de integração e injustiça social). A literatura e o teatro já não chegavam para compreender e analisar os problemas que me rodeavam. Um ano depois do regresso a casa, entrei na Escola de Ciências Políticas de Bordéus, onde comecei a interessar-me pela sociologia política e os métodos de investigação. Mergulhei no universo de autoras/es da sociologia e das ciências sociais que me abriram a mente. Estou a pensar em P. Bourdieu, E. Durkheim, M. Weber, J. Butler, Simone de Beauvoir, M. Foucault, J. Rancière e outros.

Mas o meu interesse pelas ciências sociais tinha um foco peculiar: a lusofonia. Depois da minha estadia no Brasil, com o português quase fluente, era grande a

vontade de percorrer e estudar outros países de língua oficial portuguesa. Coloquei então na minha cabeça o sonho de viver em todos os países antes colonizados por Portugal. Com muita sorte, a minha Escola me permitiu a minha inscrição num curso integrado entre Sciences Po Bordeaux e a Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. A regra do jogo deste curso era passar dois anos em Portugal, alternando entre Bordeaux e Coimbra ao longo de cinco anos, até concluir o Mestrado. Concluído o meu primeiro ano na França, apanhei o comboio Sud-Expresso que atravessa toda a Península Ibérica até chegar a Coimbra. Como muitos estudantes, fiquei logo encantada pela velha cidade, pelas Repúblicas (era amiga da Pré-Kys-Tão) e pela vida cultural de Coimbra. Passava horas a ler no meu café preferido - o *Justiça e Paz* - que oferece uma vista lindíssima sobre o rio Mondego. Comecei primeiro por estudar Relações Internacionais na FEUC, mas as perspetivas institucional e globalizada das teorias não me satisfaziam. Bem pelo contrario, interessavam-me as micro realidades, a sociologia do quotidiano e os micro poderes que se infiltram nas rotinas do dia-a-dia. Decidi então mudar para sociologia e dedicar-me a fundo aos métodos qualitativos de investigação. Fiz nesta altura, as minhas primeiras entrevistas, transcrições, observação participante sobre vários temas. O trabalho que mais me marcou durante o meu mestrado em sociologia na FEUC foi uma pesquisa que realizei dentro do Sud Expresso (o comboio que me levava de cá-para-lá e de lá-para-cá) sobre os imigrantes portugueses que também fazem este vaim. Foi muito rico descobrir como as histórias de vida desses imigrantes refletem as grandes trajetórias da imigração portuguesa na França, feita na clandestinidade e permanecendo na invisibilidade até hoje. Este primeiro trabalho deu-me o gosto de partir de realidades supostamente banais, às quais não prestamos atenção mas que são reveladoras de grandes movimentos sociais e das histórias que forjam as nossas nações.



Foto: Thibaud Yevnine

Tal como aqueles emigrantes portugueses, também eu estava também “à cheval” entre dois mundos, e, em particular, entre dois mundos académicos. Os métodos de investigação e os objetos de estudo eram muito diferentes de uma universidade para outra. Tinha de adaptar-me a um modo de pensar e uma metodologia própria, por um lado o conservadorismo da escola francesa, e por outro as novas correntes da escola portuguesa de Coimbra influenciada pelos trabalhos do professor Boaventura de Sousa Santos. Apesar de dificultar o meu trabalho, esta diversidade tornou-se rica e dei por mim a questionar tudo, nunca aceitando aquilo que está escrito como verdade. O fator linguístico também abriu-me novos horizontes através da literatura e da poesia portuguesas, já que participava na Oficina de Poesia da Universidade de Coimbra. A dupla “nacionalidade” adquirida neste intercâmbio fez aumentar a minha curiosidade por outros continentes. Pesquisei intensamente os países africanos de língua portuguesa como Cabo Verde, Angola e Moçambique. Esta vontade de continuar o meu percurso na lusofonia levou-me a fazer um Mestrado sobre as Políticas e Desenvolvimento em África e nos países do Sul na Sciences Po de Bordéus. Mergulhada nas teorias sobre o Estado em África e sobre os movimentos sociais, interessei-me mais particularmente pelos estudos de género e sobre os direitos das mulheres nos países do Sul. Meu objetivo a partir dali era muito claro: cruzar os meus interesses pelos países lusófonos com o meu engajamento nas questões de desigualdades de género. Consegui concretizá-lo na minha tese de mestrado quando obtive uma bolsa de investigação para um período de três meses em Maputo (Moçambique). Foi a minha primeira experiência de pesquisa de campo num contexto africano. Para realizar esta pesquisa, estabeleci uma colaboração com a organização WLSA (Women and Law in Southern Africa), uma ONG feminista moçambicana. Tive então a sorte de ser orientada pelas pesquisadoras do Centro que apoiaram a minha investigação na fronteira entre Moçambique e a África do Sul para observar o comércio informal das mulheres chamadas *mukheristas*. Mulheres de poder e de autoridade, as *mukheristas* rompem de alguma forma com a imagem da “boa mulher” em Moçambique

porque se dedicam ao comércio transfronteiriço, com um grau de risco muito elevado.

Interessava-me entender se o poder económico destas mulheres as levava a negociar ou a rehierarquizar as relações de género dentro da família, ou com os seus parceiros.

A minha dissertação concentrou-se então nestas questões, nas histórias de vida destas mulheres e nas observação participante que realizei durante tudo o processo de importação informal (compras na África do Sul, negociações nas alfandegas, corrupção dos agentes policiais, etc.). Admito que era um pouco inconsciente na altura. Mas talvez a minha ousadia (ou a minha ingenuidade) nesta pesquisa me tenha ajudado a encontrar um trabalho e mais tarde a construir a minha Tese de Doutoramento.

Terminado o mestrado, fui contratada pela WLSA, como assistente de pesquisa num projeto sobre os ritos de iniciação em quatro províncias de Moçambique. Temática nova para mim, aprendi muito sobre as questões de género e de tradição, muito particularmente sobre o poder coercivo da cultura nas comunidades. Fiquei encarregada da investigação na província de Zambézia, onde realizei entrevistas com jovens iniciadas/os, matronas e mestres e informadoras/es privilegiadas/os. O objetivo desta pesquisa era perceber como os ritos de iniciação são parte da construção das identidades de género e fomentam relações de desigualdade entre homens e mulheres (ver <http://www.wlsa.org.mz>).

Este primeiro trabalho de investigação deixou-me com uma sensação ambígua. Por um lado, aprendi muito sobre os métodos de investigação; por outro, sentia-me frustrada por ser apenas uma assistente e não a detentora das informações que recolhia. Foi este sabor um pouco amargo que me convenceu da relevância de fazer um doutoramento e de continuar com a minha especialização: as questões de género nos países de língua portuguesa.

Foi com muita teimosia e muita batalha que consegui, em Setembro de 2013, uma bolsa de Doutoramento na Universidade de Sciences Po de Bordéus, para trabalhar a questão do poder económico das mulheres em Moçambique. Pretendo agora estudar as *mukheristas* que vão fazer negócios no Brasil e na China. Serão ainda outras aventuras! ■



26 de setembro de 2013

Na passagem de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial, o conhecimento tornou-se essencial, alavancando mudanças a nível das relações económicas, a nível da relação sociedade-Estado. A sociedade e a economia do conhecimento vieram (re)significar o papel das universidades que passaram a ocupar uma posição central no acesso a informação, conhecimento e aprendizagem, sobretudo na perspetiva da inovação. Com tais transformações, tornou-se preeminente conhecer formas alternativas de inovação, para além daquelas orientadas para a economia de mercado. A organização de um seminário que discutiu o papel da universidade e sua relação com a inovação social atendeu a este objetivo.

O Programa de Doutoramento em Sociologia em colaboração com o Programa de Doutoramento em Governança, Conhecimento e Inovação, e o Portal da Inovação Social (PIS), realizou o Seminário Internacional “A Universidade no centro da inovação social: economias, tecnologias e conhecimentos”. O encontro reuniu experiências de inovação social em universidades e centros de investigação e procurou sistematizar o debate sobre este tema na Universidade de Coimbra para o que associou especialistas em economia social e solidária, incubação social e solidária, estudos sociais da ciência, conhecimento e inovação. O seminário debateu questões relacionadas com a interface entre a universidade e a sociedade, mas também refletiu sobre a produção do conhecimento à luz de experiências que ilustram aquela relação, dividindo-se em dois momentos: um primeiro momento, durante a manhã, centrado nas palestras de carácter mais teórico; um segundo, dedicado à apresentação e discussão de casos práticos de inovação social na relação entre Universidade e sociedade.

A primeira palestra (“Inovação social e incubação tecnológica no campo da economia solidária: elementos da realidade brasileira”) foi proferida pelo

Professor Genauto França Filho, da Universidade Federal da Baía. Baseado numa experiência universitária - a incubadora tecnológica de economia solidária - o orador retratou como a economia solidária ultrapassa sua dimensão discursiva para reorganizar na prática a vida das pessoas em seus territórios e a sua relação com a inovação social. A incubadora enquanto prática de extensão universitária propõe como inovação social uma perspetiva emancipatória e processos de co-construção com as comunidades envolvidas. Revigora as condições necessárias para o fortalecimento da tríade ensino, pesquisa e extensão e busca apoiar o desenvolvimento das comunidades.

Na segunda palestra (“Inovação e risco na economia solidária de raiz popular”), o Professor Pedro Hespanha, da FEUC, contextualizou as características da economia solidária e da economia popular no contexto português. Indagou sobre as condições necessárias para a passagem de uma economia popular para uma economia solidária e não individualista. Afirmou que o marco deste processo transformador é o reconhecimento que as iniciativas de cunho individualista nascem em contextos de uma sociedade moderna deficitária de laços de solidariedade. Os casos coletivos de economia solidária são marcados por fortes redes sociais, laços de confiança e processos emancipatórios endógenos. Estes casos questionam a relação com o Estado, ao passo que reconhecem a sua complexidade.

A terceira intervenção, feita pelo Professor Tiago Santos Pereira, do CES, centrou-se sobre “A universidade entre a economia do conhecimento e a inovação social: diálogo ou concorrência?”. Refletiu sobre a importância do conceito de inovação social na produção do conhecimento. Foram evidenciados os contributos da inovação social aos desafios atuais, e a importância da renovação da sociedade para formas mais participativas. O orador enfatizou o domínio da inova-

Beatriz Caitana
Doutoranda em Sociologia

ção social e a reemergência da inclusão da inovação social e da economia do conhecimento nas atuais políticas de ciência e tecnologia na União Europeia.

A palestra da Professora Ana Dubeux, da Universidade Federal de Pernambuco, teve como tema a “Construção do conhecimento e Economia Solidária: o papel da universidade e das instituições de pesquisa”. Ana Dubeux, retomou o debate anterior, orientando a sua reflexão para a construção do conhecimento na perspectiva da economia solidária. Neste campo, a ênfase recaiu sobre a construção do conhecimento através de um processo de educação baseado nos princípios da economia solidária, de modo a assegurar a apropriação do conhecimento produzido por parte das comunidades. Para tanto, faz-se necessário um trabalho de sistematização na lógica da tradução, num diálogo com diferentes metodologias e pedagogias de partilha de saberes. Um dos métodos propostos pela oradora foi a dinâmica pedagógica a partir dos princípios das comunidades eclesiais de base, ver, julgar e agir. Estes princípios seriam um modelo de uma pedagogia da partilha entre saberes pela transformação da realidade. De forma mais generalista, este processo de construção dos saberes contribui na fundamentação de um outro paradigma científico e tecnológico.

Por fim, a palestra “Como reinventar a extensão universitária? A experiência do projeto BIOSENSE” do Professor João Arriscado Nunes, da FEUC, começou por apresentar as diferentes definições de extensão universitária no contexto europeu, entendida como uma forma de divulgação do conhecimento, como práticas de educação assente num pilar de instrução ou como atividades de prestação de serviço. A partir desta contextualização, o orador apresentou o que seriam os desafios da universidade envolvida em formas “predatórias” de produção do conhecimento sob forte pressão de desinvestimento por parte do Estado. Assim, torna-se necessário reinventar as práticas de extensão, de modo a promover uma “indagação colaborativa” na reunião de saberes capazes de dialogar entre si. Foi dado o exemplo das experiências das *Science Shop* que buscam criar uma ciência ao serviço do povo. E portanto, pretende-se uma investigação baseada na comunidade.

Na segunda parte deste seminário teve lugar uma mesa redonda sobre “Inovações na Relação entre a Universidade e a Sociedade”, moderado por Beatriz

Caitana, que teve como objetivo debater as questões relacionadas com a interface entre a universidade e a sociedade, nas dimensões de produção e difusão de saber. Pretendeu-se apresentar e discutir experiências que ilustrem essa relação e ofereçam elementos de reflexão e diálogo, (re)configurações, (re)significações e transformações da produção e difusão do conhecimento na sociedade contemporânea.

Assim, foram apresentados vários casos práticos de inovações, a saber, a Incubadora Tecnológica de Economia Solidária/UFBA, apresentada por Genauto França Filho, Osia Alexandrina e Ariadne Scalfoni; a Incubadora Social Microninho, apresentada por Liliana Simões; o Projeto SCRAM/Centro de Estudos Sociais, apresentado por Rita Serra; o Centro de Formação em Economia Solidária/Pernambuco, apresentado por Ana Dubeux; o Projeto BIOSENSE/Centro de Estudos Sociais, apresentado por João Arriscado Nunes; o grupo ECOSOL, do CES, apresentado por Pedro Hespanha e Aline Mendonça; e a Incubadora Tecnológica Pedro Nunes, apresentada por José Ricardo Aguilar.

Os participantes responderam a três rondas de questões visando, a apresentação das inovações, a reflexão sobre as experiências de participação e a interação entre a academia e a sociedade e a apresentação das formas de (co)produção e a (co)difusão do conhecimento presentes nestas inovações. No final, esta mesa redonda teve o comentário do Eng. Jorge Figueira, chefe da Divisão de Inovação e Transferência de Saber da Universidade de Coimbra.

Ao fim e ao cabo, as mudanças na sociedade contemporânea, igualmente, alteraram as formas de produção do conhecimento. Importa ressaltar que a interdisciplinaridade gerada neste encontro evidenciou o que há de comum a todas as experiências apresentadas, a perspectiva e o desejo por uma produção do conhecimento em colaboração entre diferentes saberes e entre os saberes e as práticas sociais, e as possibilidades de avanços para um conhecimento emancipatório e transformador. Esta proposta aconteceria num campo em que (i) a extensão universitária se reinvente numa lógica centrada na comunidade; (ii) os princípios da economia solidária por uma produção compartilhada sejam priorizados; e (iii) num contexto onde a inovação social renove as políticas de ciência e tecnologia, centrando a sua produção numa perspectiva de solidariedade e colaboração. ■

A fraude académica: Ética dos alunos e tolerância dos professores

A formação universitária pode e deve desempenhar um papel decisivo na consolidação de um sistema de valores morais alinhado com um padrão ético exigente. Mas também pode, como por vezes acontece, estimular condutas vulneráveis à transgressão e à ação imoral. Por isso, o estudo da ética dos alunos do ensino superior e do contexto que a envolve revela-se essencial para compreender o papel da educação formal na estruturação de uma ética pessoal, enquanto fator que antecede e influencia a conduta moral no contexto profissional futuro. Para analisar a ética dos alunos do ensino superior, o conceito de fraude académica assume um papel central, sendo definido, no âmbito desta pesquisa, como qualquer transgressão moral praticável por um aluno no contexto das suas relações académicas e das suas responsabilidades perante professores, colegas e a instituição que o acolhe. Ou seja, constitui fraude académica todo o ato ou omissão consciente que possa comprometer a justiça na avaliação comparativa dos desempenhos, competências e conhecimentos dos alunos entre si (comprar trabalho anonimamente na internet, apresentar o mesmo trabalho em diferentes disciplinas, assinar um trabalho de grupo sem nele ter participado, plagiar, etc.). A fraude académica dos alunos do ensino superior, para além do impacto que exerce na formatação de comportamentos futuros em todos os domínios, tem, em si mesma, uma implicação moral delimitada pela honestidade perante a instituição, pela lealdade perante os colegas, pela transparência perante os professores e pela dignidade individual perante si próprio. Por

isso, o projeto pretende avaliar a conduta dos alunos e a sua perceção sobre os limites da moralidade no contexto académico. Reconhecendo a sua relevância para a reflexão ética, é também estudada a opinião dos alunos sobre os motivos e os fatores inibidores da fraude. A pesquisa dedica-se também a estudar a forma como essa conduta é estimulada, inibida ou ignorada. Nessa medida, procura conhecer padrões de tolerância à fraude junto de professores e instituições, caracterizando, designadamente, ações preventivas e punitivas de fraude académica concretizadas pelos docentes ou engendradas pelas instituições. Os mesmos critérios e instrumentos que são usados para recolher a opinião dos alunos são igualmente utilizados para recolher as opiniões dos professores sobre os motivos e os fatores inibidores da fraude.

O objetivo geral da pesquisa passa por estudar a atitude e a opinião de alunos e professores perante situações de fraude académica no ensino superior de modo a identificar “culturas de fraude”, “padrões de tolerância à fraude” e os motivos e os inibidores da transgressão. O projeto não incide diretamente sobre a fraude cometida nem pelas instituições nem pelos docentes.

Nos dias 8 e 9 de maio de 2014, na FEUC, realiza-se um seminário onde serão discutidas as questões da ética e da fraude nas instituições de ensino superior. Serão também apresentados os resultados da pesquisa e debatidas políticas e desafios institucionais. ■

Paulo Peixoto - Professor Auxiliar em Sociologia na FEUC; Investigador do CES

Equipa de investigação: Ana Maria Seixas; Denise Esteves (bolseira); Eva Vicente Hernandez; Filipe Almeida (coordenador); Paulo Gama; Paulo Peixoto; Ulisses Neves Rafael

Projeto em curso no Centro de Estudos Sociais - PTDC/CPE-CED/115915/2009
Parceiros: Universidad de Valladolid; Universidade Federal de Sergipe
Financiamento: Fundação para a Ciência e a Tecnologia

Testemunho da estada de doutoramento em Coimbra

Rebeca Raso Prazeres
Doutoranda em Educação, Gênero e Igualdade
Universidade de Santiago de Compostela

A minha estada no Programa de Doutoramento em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra fez parte do programa de mobilidade Erasmus. Vir para Coimbra me possibilitou centrar as energias na minha proposta de tese, construindo um ritmo de estudo constante e intenso, o que é importantes para se avançar com uma tese doutoral.

Aqui pude fazer disciplinas do Programa de Doutoramento, que me deram a conhecer novas temáticas e perspectivas que ampliaram os olhares e as reflexões sobre aquilo que venho estudando no meu programa de Doutoramento em Educação, Gênero e Igualdade da Universidade de Santiago de Compostela. Isso foi fundamental para o que é hoje o meu projeto de tese e a minha forma de investigar.

As reflexões nas salas de aula e o contato com outr@s estudantes de doutoramento também contribuíram para me desfazer de medos e angústias que vão surgindo no processo. Das conversas no café ou nos corredores da Universidade saíram importantes ideias e esclarecimentos que me ajudam a pensar nos problemas e nas estratégias para enfrentar os obstáculos que vamos encontrando ou com os quais talvez nos deparemos mais adiante.

As reuniões com a minha coordenadora e com outr@s professor@s da UC deram-me mais segurança para me lançar sobre a insegurança que é investigar e mostraram-me o quão isso é fascinante. A agitada vida acadêmica de Coimbra, com as diversas palestras, colóquios, congressos e workshops organizados principalmente pela UC e o CES, me proporcionaram contato com diferentes investigações e pesquisador@s não só de Portugal, mas de várias outras partes do mundo, tornando a minha estada mais rica e estimulante.

Não posso falar dessa experiência em Coimbra sem falar da Real República Prá-Kys-Tão que me acolheu e me integrou no “mundo português”. Esse foi o meu espaço de inserção no cotidiano desse povo. Essa casa me proporcionou o aconchego de uma família, o contato com a arte, a culinária, a própria língua, a forma de vida local com suas contradições e aspirações. Foi o lugar onde, também, vi, senti e discuti as terríveis consequências das políticas de austeridade e onde também vi resistências a essas políticas e a construção de alternativas.

É difícil descrever em poucas palavras a experiência de um ano intenso de trabalho e de descoberta. Seria muito bom que tod@s estudantes pudessem ter a mesma oportunidade de se distanciar um pouco do seu local e encontrar-se com o desconhecido para perceber a riqueza de outras perspectivas. ■

A sociologia francesa e a questão da ação social - Bourdieu vs. Boltanski: rei morto, rei posto?

Elisabete Ventura Roque Viais
Doutoranda em Sociologia

Introdução

No presente ensaio pretendemos refletir sobre a problemática da ação social no âmbito da ciência social crítica, associada a uma análise da estrutura social e da interface entre os atores sociais. Recorreremos a duas teorias sociais contemporâneas: a sociologia crítica de Pierre Bourdieu e a sociologia pragmática de Luc Boltanski. Enquanto Bourdieu envereda na sua sociologia crítica por uma visão determinista em que a ordem social se impõe como matriz que estrutura os comportamentos e a ação social, pendendo mais para a análise macrossocial, Boltanski desenvolve na sua sociologia da crítica uma perspectiva de valorização da autonomia individual na ação social e reconhece que a ordem social é permanentemente reconstruída pela negociação entre os indivíduos envolvidos nas ações, incrementando uma análise mais de pendor microssocial.

Bourdieu e Boltanski: antíteses e possibilidades de diálogo

Boltanski, assim como outros sociólogos formados por Bourdieu, parece ter dificuldade em travar um verdadeiro diálogo científico com o “mestre” - tanto que construiu a sociologia da crítica em oposição explícita à sociologia crítica -, manifestando com este afastamento intelectual a intenção de “matar o rei”. A viragem pragmática protagonizada principalmente por Boltanski põe, portanto, a descoberto as antíteses com a teoria crítica desenvolvida na linha da Escola de Frankfurt, rompendo com “a tradição social determinista (...) para reintroduzir «liberdade» no

frio mundo sociológico” (Godechot, 2009: 194), contra os efeitos da dominação, da violência simbólica e da reprodução social.

Enquanto a sociologia crítica, construída sobre “a constelação fenomenológica, a dialética e a estruturalista” (Vandenbergue, 2006: 317), se afirma como uma sociologia da dominação e da explicação, cujo interesse se vira para: o passado e o futuro, as estruturas materiais e o sistema social, os atores e os agentes; a sociologia da crítica elaborada “na encruzilhada da hermenêutica e da fenomenologia, do pragmatismo e do interacionismo simbólico, da teoria dos atos de linguagem e da etnometodologia” (idem: 331), apresenta-se como uma sociologia da justificação e da interpretação/compreensão, atenta às situações presentes, às estruturas ideais, às ações e práticas, aos momentos críticos de homens e mulheres. Se a primeira desenvolve uma visão determinista e materialista das estruturas sociais, que minimiza o livre-arbítrio dos indivíduos, a segunda promove a reconciliação com a razão prática e com a autonomia/liberdade, tornando-se “indiferente às determinantes sociais (classe, idade, género), focando-se na moralidade dos atores” (Godechot, 2009: 194-195) e nas convenções normativas por eles elaboradas para ajuizarem a correção das suas ações e práticas. A sociologia crítica deprecia as práticas e concebe-as como fenómenos secundários e acessórios das estruturas, concomitantemente a sociologia da crítica eleva as práticas, conferindo-lhes dignidade metafísica ao reportá-las a um corpo político suscetível de estabelecer equivalências entre as pessoas.

A sociologia da crítica dotou os atores de reflexividade, reconheceu o seu sentido de justiça em situações de disputa que exigiam justificar e criticar ações, e, portanto, aquilo de que são capazes, mas ao imergir no pragmatismo situacionista perdeu a capacidade de colocar a realidade em causa, deixando aos atores todo o trabalho de criticar e ao cientista social o trabalho de fazer uma interpretação da interpretação sem fazer uso de um ponto de vista mais forte. Esta sociologia parece, por conseguinte, excluir a possibilidade de uma distribuição desigual da capacidade de distanciamento própria do contexto e de envolvimento com a crítica, pondo de lado a questão do poder e da hegemonia de determinados discursos, não se questionando sobre as condições sociais objetivas (pluralidade de regimes ou práticas sociais de justificação) que fundam o exercício e formação das capacidades reflexivas e críticas dos atores sociais, cujo bloqueio por obstáculos materiais e simbólicos, os pode impedir de ver determinado regime de justificação como inadequado a uma situação e de rejeitá-lo. Como reconheceu Boltanski (2009) recentemente, isto deriva da tendência realista dos atores para ignorarem as condições que não os afetam ou porque não as sentem como injustas ou porque não as interpretam bem, o que compromete a relevância prática de uma teoria social. Assim, como as práticas quotidianas de crítica e a autoridade epistémica reconhecida aos atores não estão imunes a serem colocadas em causa, a sociologia da crítica não pode furtar-se ao trabalho de fornecer aos atores teorias metacríticas de justificação e os instrumentos/recursos de que estes necessitam para solidificar a justificação, não descartando a abordagem da teoria bourdieuniana.

Face a isto defendemos que é necessário reintroduzir o ponto de vista da teoria crítica e unir ambas as sociologias, pois se entre elas “há uma incompatibilidade na superfície, mas é essa a tese de Boltanski, há uma solidariedade de fundo” (Corrêa, 2010: 589) ou em outras palavras há “um clima de família”, porquanto uma teoria crítica da sociedade deverá reunir a reflexão epistemológica dos seus pressupostos - indagando sobre as condições de possibilidade da crítica - à crítica social das injustiças (ocorridas no âmbito das instituições que configuram a realidade concreta), de pendor ideológico, recorrendo a uma atividade hermenêutica e de diálogo entre os atores sociais e os teóricos críticos.

Com efeito, se na sua fase de rutura com Bourdieu, Boltanski enfatizou as consequências teórico-práticas da pragmática, na recente fase de articulação mútua levada a cabo pelo próprio na obra *De la critique. Précis de sociologie de l'émancipation*, o autor destaca o papel da semântica e da hermenêutica na análise da ação social, fazendo o balanço das proibições e dos defeitos de ambos os estilos de fazer sociologia, *pelo que certamente recusaria o parafraseador epíteto “rei morto, rei posto?”*, que afinal não se confirma. *Com vista a tal articulação, reveladora de uma reaproximação ao “mestre”, Boltanski reflete “a propósito do que confere à realidade os seus contornos e o que a coloca em jogo, que são respetivamente a instituição e a crítica”* (idem, 591). *Questionando o desnível que se verifica entre os ideais normativos e a realidade concreta, Boltanski em vez de insistir no conceito de cité assinala o papel basilar das instituições e dos seus dispositivos para consolidar a ordem social e manter a identidade dos atores, apesar da heterogeneidade das situações pelas quais passam ao longo do tempo. Porém, como as instituições não estão a salvo do referido desnível, há um deslocar de uma análise positiva para uma posição normativa: não é só o que a estrutura da moralidade é, mas também o que deve ser* (Godechot, 2009: 195) o alvo de interesse. Esta direção desvela a contradição hermenêutica inerente às instituições, que, segundo Boltanski (2009), reside no facto destas darem sentido e estabilidade à realidade, e, simultaneamente, os usos pragmáticos que delas fazem os sujeitos abrirem espaço à desestabilização da crítica. A função positiva da crítica social sai assim reforçada, no combate à dominação e na abertura a outros mundos. ■

Referências

- Boltanski L. (2009), *De la critique. Précis de sociologie de l'émancipation*. Paris: Gallimard.
- Corrêa, D. S. (2010), “De Luc Boltanski. De la critique: précis de sociologie de l'émancipation”. *Revista Sociedade e Estado*, vol. 25, n. 3, 589-600.
- Godechot, O. (2009), Review of Boltanski and Thévenot's 'On Justification [Economies Of Worth]'. *Cultural Sociology*, vol. 3, n. 1, 193-195.
- Vandenbergue, F. (2006), “Construção e crítica na nova sociologia francesa”. In *Revista Sociedade e Estado*, vol. 21, n. 2, 315-366.

Ciclo de Conferências

Doutoramento em Sociologia

Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

2013

11 de Outubro, 17.30, sala 3.5

De Simmel às Novíssimas Metrópoles: Um Século de Urbanidade

Carlos Fortuna
(FEUC;CES)

22 de Novembro
17.00, sala 3.5

Fontes de Informação, Media e Saúde: o Cidadão Informado. A perspectiva Sociológica.

Rita Espanha
(ISCTE/Instituto
Universitário de Lisboa)

29 de Novembro
17.30, anf. 3.1

A lógica de descoberta na pesquisa etnográfica: um estudo de caso

José Machado Pais
(ICS/Universidade
de Lisboa)

13 de Dezembro
17.30, sala 3.5

Neoliberalism Armoured: US Homeland Security and Authoritarian Statism

Christos Boukalas
(Cardiff University Law School)

19 de Dezembro, 18.00, sala 3.5

Economia Solidária e Sindicalismo: desafios para uma cidadania pós-salarial

Marcos Ferraz
(Univ. Federal Grande Dourados, Mato Grosso do Sul; CES)

20 de Dezembro, 17.30, sala 3.5

Para uma Filosofia da Interculturalidade

João Maria André
(Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)



Abertas ao Público



<http://www.uc.pt/feuc/eea/doutoramentos/sociologia>

IV Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES

Aconteceu nos dias 06 e 07 de dezembro, a IV edição do Colóquio Internacional de Doutorandos/as do CES, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Nesta edição, intitulada Coimbra C: Dialogar com os Tempos e os Lugares do (s) Mundo (s), o colóquio assumiu como central a criação de um espaço de reflexão crítica que possibilitasse o debate sobre a importância que as questões do tempo e do espaço podem ter na produção de conhecimentos no(s) mundo(s). Neste ano, participaram cerca de 280 doutorandos/as, investigadores/as e mestres, de países da Europa, América Latina, Ásia e África. O colóquio teve como

keynote speaker o Professor Doutor José Dari Krein, e o Doutor Manuel Carvalho da Silva como comentador. No âmbito das atividades pré- colóquio, nos dias 5 e 6 foi realizado o Ciclo de Cinema “ Ecologia e lutas sociais: Homenagem a Chico Mendes (1944-1988).

Outra novidade desta IV edição foi a participação dos estudantes da licenciatura em sociologia, através de uma parceria estabelecida com o Núcleo dos Estudantes de Sociologia (NES). O grupo de licenciandos constituiu a equipe de apoio ao evento, uma oportunidade de aprendizagem e trabalho coletivo entre os diferentes ciclos. Os alunos do doutoramento em sociologia também integraram o grupo de moderadores nas mesas de apresentação de trabalhos. Outras informações disponíveis em: <http://www.ces.uc.pt/coloiuodoutorandos2013/>



Beatriz Caitana
Doutoranda em Sociologia

Em 1951 nasceu a **Real República Prá-Kys-Tão**, localizada na Sé Velha, num dos edifícios mais belos e históricos de Coimbra: a Casa da Nau. Em forma de barco – foi construída por um engenheiro náutico nos finais do século XV – esta casa não passa despercebida a quem passa. Grupos de turistas munidos de máquinas fotográficas, estudantes e todas e todos os que se aventuram num passeio pela alta, poucos são aqueles que conseguem ficar indiferentes ao passar pela nossa Nau: o aspecto velho, degradado, ao lado das ruínas do Teatro Sousa Bastos contrasta com as pinturas nas paredes e com a música, o barulho de quem está lá dentro, com vontade de conhecer o mundo e fome de viver. “25 de Abril Sempre”, “Greve Geral”, “Think for yourself. Question authority”, um sol sorridente que em alemão diz “Energia Nuclear: Não obrigado”, chama a atenção de quem passa e muitos acabam por nos conhecer, ou porque a curiosidade os levou a bater à porta, ou porque um amigo de um amigo lhes falou da casa, ou porque foram apanhados no meio de uma conversa com um@ Prá e acabaram por ser convidados para jantar.

A Real República Prá-Kystão é na verdade uma grande família, encontrada por várias gerações ao

longo dos tempos. Hoje já não é apenas constituída por homens como há 63 anos, vive-se de forma comunitária e igualitária e nunca foi levantado o luto académico, mantendo uma cultura anti-praxe mas aberta a todas e todos (desde que a capa e batina fique à porta). Dentro de casa os desenhos, as frases, os cartazes nas paredes contam a história da Prá-Kys-Tão e apesar do estado precário em que o edifício se encontra a casa mantém-se em pé por vontade e esforço dos que aqui vivem e viveram.

A existência de Repúblicas na cidade permitiu que muitos estudantes pudessem continuar a estudar e a permanecer em Coimbra. O valor baixo da renda e os apoios sociais prestados pela Universidade de Coimbra (hoje mais escassos e em risco), assim como a vivência colectiva – “onde toda a gente trata a gente toda por igual” – tornaram as Repúblicas de Coimbra e a Prá-Kys-Tão em particular, a *Terra dos Sonhos* para pessoas de todos os lugares.

Actualmente a existência da nossa e de muitas outras Repúblicas encontra-se ameaçada. Por um lado a Nova Lei do Arrendamento permite ao senhorio aumentar a renda – o que já obrigou ao encerramento da *República 5 de Outubro* – e a partir de 2017 poderão emitir ordens de

despejo sem qualquer tipo de justificação. Por outro lado, a Casa da Nau, apesar de estar qualificada como um edifício de interesse público com valor histórico e patrimonial, está hoje em risco de ruir por abandono e negligência por parte do proprietário e das entidades públicas. As obras que fizemos ao longo dos anos são insuficientes e o custo total das que ainda são necessárias rondam os 150 mil euros. Esta é hoje a nossa maior preocupação, que as oportunidades de negócio se sobreponham àquilo que, ao que consta, já é considerado Património Mundial da Humanidade. Nós continuaremos a navegar, mesmo que contra a maré, para que continue a existir a Real República Prá-Kys-Tão para as gerações futuras! ■



Alexandra Correia
Estudante da Licenciatura em Sociologia



Jantar do Doutoramento em
Sociologia, 20 de dezembro

Cidade que não me pertences...

Duas notas sobre os *efeitos do lugar* na produção da invisibilidade social

Ana Alves da Silva
Doutoranda em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo

Guerra urbana – a intimidade do simbólico

A guerra urbana, analisada por Graham (2010) e Harvey (2012), comporta uma dinâmica complexa de lutas pela legitimação de uma (di)visão dominante do mundo. O “regionalismo”, i.e., a produção de delimitações e particularizações reificadas num estado de descontinuidade aparentemente natural do espaço social aparece como um caso peculiar “das lutas (...) em que está em jogo a conservação ou a transformação das relações de forças simbólicas e das vantagens correlativas, tanto económicas, como simbólicas (...)” (Bourdieu, 1989: 124) de certos grupos sociais. A guerra urbana é, portanto, um tipo de luta, inscrita no espaço, através da qual se batalha pela conquista de territórios sociais.¹ Mas estes podem, com efeito, ser ou não inscritos no espaço, embora na sua organização sejam sempre traduzidos quando nele se distribuem desigualmente os agentes no que respeita à proximidade entre grupos ou, e especialmente, entre certos grupos e o acesso (que não é somente espacial, e por isso também temporal, mas também é económico e político) a bens e serviços que a cidade “oferece”. Assim, a a guerra urbana perfaz-se de lutas que colocam em questão as distâncias do social perspetivadas no contexto da sua conexão com as distâncias espaciais.

Graham (2010) resume em duas pequenas frases do seu texto² estas questões, realçando aspetos que considero fundamentais à compreensão da produção da invisibilidade e da *segregação*: por um lado, ele refere-se ao modo como a distribuição dos agentes no espaço urbano não é independente dos projetos políticos de distribuição de bens e serviços nesse espaço, e, por outro, traz ao cerne da discussão os mecanismos de controlo social que agem em favor da reprodução da legitimação da ordem desigual das coisas – mecanismos estes que não são, somente, os mecanismos explícitos de exercício legítimo da violência física (policimento e militarização do espaço, política e juridicamente legitimados), mas são, antes de mais, mecanismos empregues no domínio do simbólico, i.e., da produção e reprodução de desigualdades que são, em primeiro lugar, de tipo existencial (na aceção de Therborn, 2006). O empreendimento de demonização e de criminalização dos *pobres urbanos*, hiperbolizado pelo aumento, também ele exacerbante, de policimento e de mecanismos punitivos de controlo das condutas e do comportamento social, é um empreendimento de tipo político que, longe de denunciar uma realidade, é antes seu ato de produção e de naturalização. Demonizar o *pobre*, criminalizar as suas práticas ou, simplesmente, não lhe reconhecer o direito de fazer uso dos espaços nobres da cidade para fins, práticas e consumos que não são legítimos aos olhos de uma classe dominante, é um empreendimento constante ao serviço da reprodução da dominação. A *desqualificação social* – esse tornar de seres sociais em seres sem espaço, em *não-seres*, portanto - é, assim, o último ‘efeito colateral’ em que culmina o empreendimento de legitimação da ordem simbólica e económica dominante. Trata-se, de facto, de um espaço - o urbano - onde dois mundos *estão em guerra* (cf. entrevistado de Arantes, 2009: 259) pela imposição da sua (di)visão do mundo.

¹Numa aceção mais abrangente do termo, considerando o plano do simbólico e, portanto, também do poder, da posse, da reivindicação de propriedades particulares (e particularizantes, i.e., conferentes de identidade social).

²“O carácter dominante dos modelos de governação neoliberal ao longo das últimas três décadas, em combinação com o alastramento de *modelos de policimento e controlo social* de tipo punitivo e autoritário, exarcebou as desigualdades urbanas. Como resultado, os pobres urbanos são frequentemente controlados, por um lado, por via de *reduções nos serviços públicos* e, por outro, de uma palpável *demonização e criminalização*” (Graham, 2010: 4; tradução e realces meus)

Nesta medida, não podemos evitar considerar o espaço físico e a sua própria organização na “intimidade” que mantém com os dispositivos simbólicos do social, já que é ao nível do simbólico que se encontram as *razões práticas* do *modus operandi* dos agentes que compõem o espaço e o produzem na sua estabilidade e mutabilidade. Não há, assim, espaço físico numa sociedade hierarquizada que não seja, “ele mesmo, hierarquizado” (Bourdieu, 1999), que não revele o *antagonismo* de interesses de grupos e de diferentes *categorias sociais* (Arantes, 2009) e que, reificando-o na sua delimitação, na sua segregação (i.e, na criação de territórios com valor social, económico e político distinto e excludente), não se imponha aos agentes sociais como facto exterior. As fronteiras que no espaço se delimitam – por via da elevação de muros, de fechamento de altos portões, do policiamento de portas e jardins, do registo audiovisual da vida, ou simplesmente por via da desapropriação que as classes em posição dominante fazem dos espaços públicos agora apropriados de criminosos, delinquentes e outros tantos *não-seres* sociais – são os produtos, expressos em organização espacial dos agentes e dos bens e serviços, das lutas pela posse, e reprodução da posse, de *ganhos acumulados de localização* (Bourdieu, 1999: 126).

2. A (des)posseção da cidade

Ser de um determinado lugar significa, portanto, muito mais do que ter nascido e/ou viver num determinado ponto do espaço físico. A pertença social do sujeito ao *lugar* (o “*cieng*” nos estudos de Evans-Pritchard no final dos anos 60) reporta muito mais do que o seu ponto de localização absoluto. O lugar pode, com efeito, trazer ganhos associados. Ou perdas. Acarreta, com frequência, uma destinação social associada à identidade do *lugar*, que poderá ser a de um destino pautado pela condição de reprodução de condições de vida, materiais e simbólicas, favoráveis (potenciadas pela própria disposição no espaço físico). Porém, e não raramente, acarreta o estigma da *invisibilidade* nos campos onde a vida social se joga.

Assim, *ganhos de localização* no espaço são simultaneamente *ganhos de proximidade* e *ganhos de posição* que acarretam *ganhos de ocupação* (Bourdieu, 1999: 126). Eles emergem, por um lado, do valor simbólico que o lugar associa à identidade social dos indivíduos e grupos e potencia o desenvolvimento de conexões e relações sociais com outros iguais (aumentando as possibilidades e níveis de capital social, como o autor explica).

No entanto, estes ganhos de proximidade, que derivam de uma fixação no espaço relativamente permanente (local de residência e local de trabalho), são acrescidos de ganhos de posição, que derivam diretamente da posse de determinado tipo de propriedades distintivas que, uma vez conjugadas, produzem um dado tipo de controlo sobre o espaço e sobre o tempo que não está acessível aos não-iguais. São, portanto, ganhos que estão também relacionados com a apropriação dos equipamentos e da oferta do espaço urbano. No conjunto, trata-se de ganhos de ocupação que inscrevem no lugar a condição de um *território*, portanto, de um espaço físico fechado pelo social que o constrói, o habita e o delimita do seu exterior. O espaço funciona, nesta medida, também como coadjuvante das dinâmicas relacionais de demarcação social.

Bourdieu refere-se, quando expõe esta sua perspectiva dos *ganhos de localização*, a uma dialética de produção de distinção social que visa conceber a relação entre o espaço físico e social, e fá-lo no sentido de vincar o lado oposto destas posições favorecidas. Os não-iguais, os *outros*, os desapossados dos diversos recursos, são aqueles que, na luta, não jogam com os elementos da distinção. Estes – os que vivem para lá de muros que tapam *ilhas* de operários, nos outros lados das colinas da cidade onde ficam os guetos, nos complexos de habitação social que são derrubados a propósito dos interesses de especulação e investimento imobiliário e a des(res)peito dos interesses dos seus habitantes – estes grupos, dizia, são os que jogam com os elementos da estigmatização (Wacquant, 2006) jogam no campo da revolta, no lado mais fraco da *guerra urbana*, e lutam pela libertação das injunções da arquitetura simbólica que os oprime e os invisibiliza (Bourdieu, 1989).

O *efeito do lugar* (Bourdieu, 1999) é, portanto, um efeito mais amplo e complexo que o efeito do lugar físico, já que o lugar, nesta aceção, é um espaço de posições relativas, expressas de modo hierarquizado que, para além de acentuar as desigualdades de tipo existencial que produzem os *não-seres*, ou os seres invisíveis, fazem-no aguçando e reproduzindo, num circuito de difícil desvinculação, desigualdades de recursos e de oportunidades (Therborn, 2006). O efeito do lugar traduz, assim, não uma espiral de favorecimento, mas um ciclo vicioso de desqualificação, já que delimita o rol de horizontes possíveis e plausíveis, ao circunscrever, no espaço físico-social, desigualdades de oportunidades para obter recursos e desigualdades de recursos para obter oportunidades.

Em última instância, este *lugar*, e os seus efeitos na vida social dos agentes, priva do próprio acesso à urbanidade quando se está e se vive na urbe, como, aliás, denotavam Jean Rémy e Liliane Voyé na década de 90. A (possibilidade de) mobilidade intrínseca à vida urbana – que se traduz num poder sobre o espaço e sobre o tempo -, não sendo igualmente acessível aos grupos e agentes sociais, produz uma desigualdade no acesso pleno aos estilos de vida urbanos, contribuindo para a intensificação de uma experiência “acorrentada”, pautada pela *finitude*, pela ausência de liberdade ou autonomia.

É esta mútua *excomunhão* – entre os espaços (que nem sequer chegam a *lugar*, cidades que nem sequer se deixam possuir) e uma enorme massa de gente desterrada para os *não-lugares* urbanos (esses “denizens” de que nos fala Standing [2012]) - que prolifera na cidade pós-industrial, mostrando uma “experiência da relegação urbana [...] nitidamente mais rugosa e alienante hoje em dia” (Wacquant, 2006: 31).

Todavia, e apesar dessa condição de “menos-prezo” social de que são alvo as existências dos seres que compõem estas massas de *relegados*, não nos deve passar despercebido o facto de, pese embora toda a dinâmica excludente dos espaços (social e físico), as cidades aglomerarem, cada vez mais, distâncias sociais abismais em proximidades espaciais muito ténues. A “invasão” da urbe burguesa pelos *baldios* urbanos (Wacquant, 2006), não só conduz à consideração da cidade como palco privilegiado de guerra contra as formas de dominação, como também levanta questões sobre o *poder* que, pela sua expressão numérica e social, poderá advir dessas massas de invisíveis. ■

Referências bibliográficas

Arantes, A. A. (2009), “A Guerra dos Lugares: Fronteiras Simbólicas e Liminaridade no Espaço Urbano”, in Fortuna, Carlos (org.), *Cidade, cultura e globalização*. Oeiras: Celta, pp. 259-269.

Bourdieu, Pierre (1989), *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, pp. 107-132.

Bourdieu, Pierre (1999), “Site effects”, in Bourdieu, P. et al., *The weight of the world. Social suffering in contemporary society*. California: Stanford University Press, pp. 123-129.

Graham, S. (2010), “The war re-enters de city”, in Graham, Stephen, *Cities under siege: the new military urbanism*. Londres e Nova Iorque: Verso, 1-35.

Harvey, David (2012), “Reclaiming the city for anti-capitalist struggle”, in Harvey, D., *Rebel Cities: From to the city to the urban revolution*. Londres e Nova Iorque: Verso, 115-153.

Standing, G. (2012), “The Precariat: From Denizens to Citizens?” *Polity*, 44 (4), 588-608.

Therborn, G. (2006), *Inequalities of the world. New theoretical frameworks, multiple empirical approaches*. Londres: Verso.

Wacquant, L. (2006), “A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada”, in *Sociologia*, v. XVI, 27-39.



O Núcleo de Estudantes de Sociologia da Associação Académica de Coimbra (NES/AAC) foi fundado em 1996, é parte integrante da Associação Académica de Coimbra e representa todos/as os/as estudantes da licenciatura, mestrado e doutoramento em Sociologia da Universidade de Coimbra.

O NES/AAC está subdividido em diversas áreas, sendo elas: intervenção social, questões pedagógicas, saídas profissionais, desporto e cultura.

Convidamos todos/as os/as alunos/as a participarem nas diversas actividades do NES/AAC. Podem acompanhar o trabalho desenvolvido subscrevendo a nossa Newsletter:

nesnewsletter@gmail.com

Ou através do Facebook:

www.facebook.com/NEsociologia

Desde já lançamos o desafio de participarem e intervirem na construção do nosso Núcleo de Estudantes.

Alexandre Henriques

(Presidente do NES/AAC)

alexandrefilipehenriques@hotmail.com

Austerity killed the cat: the Greek and Portuguese experience



No dia 12 de Dezembro teve lugar uma Mesa Redonda visando comparar os efeitos das crises e das políticas de austeridade em Portugal e na Grécia. O mote da mesa, plasmado no seu título, visou explorar a capacidade de resiliência das sociedades às políticas de austeridade.

Foram convidados Christos Boukalas, sociólogo, investigador da Cardiff University Law School, Irina Castro, investigadora do Centro de Estudos Sociais, e estudante do Doutoramento em Governação, Hugo Dias, sociólogo, docente da FEUC e investigador do Centro de Estudos Sociais, João Rodrigues, economista, docente convidado da FEUC e investigador do Centro de Estudos Sociais.

João Rodrigues começou por descrever os efeitos económicos da política de austeridade em Portugal e revelou pessimismo sobre a adequação das políticas como forma de resolução da crise bem como em relação ao futuro da Europa.

Christos Boukalas referiu-se em particular aos aspetos políticos da crise na Grécia, reportando-se às múltiplas tendências e relações de força presentes no terreno, assi-

nalando o reforço das sensibilidades e grupos de extrema direita e o racismo crescente na sociedade grega.

Irina Castro, articulando a sua apresentação com as análises de Nancy Fraser sobre a relação entre as lutas pela redistribuição e as lutas pelo reconhecimento, assinalou o efeito negativo que a crise e a austeridade têm tido sobre as questões do reconhecimento, como se evidencia no caso Grego.

Finalmente, Hugo Dias reportou-se às dimensões e efeitos sociais da crise e das políticas austeridade e ao modo como os atores sociais, quer na forma de sindicatos, quer na forma de movimentos de precários e outros movimentos, têm reagido à mesma.

Na comparação entre os dois casos constata-se que, ainda que tenhamos em comum muitas dimensões da crise económica e da crise social, não se verifica em Portugal uma crise política como na Grécia. Todavia, a deficitária mobilização e a fragmentação da sociedade portuguesa são igualmente preocupantes no que diz respeito à resiliência da sociedade portuguesa. ■

Mesa redonda organizada pelos estudantes do Doutoramento em Sociologia, Tiago Ribeiro e Silvia Silva
Colaboração do Núcleo de Estudantes em Sociologia

Um assunto de fundamental importância para quem está a cursar ou pretende inscrever-se em algum programa de pós-graduação diz respeito às possibilidades de obtenção de uma bolsa de estudos ou de alguma forma de financiamento para um projeto de tese.

Existem muitas fontes de financiamento, tanto privadas quanto públicas e uma das questões que os estudantes interessados devem estar atentos diz respeito a editais de agências financiadoras. O objetivo desse texto é dar algumas dicas aos colegas interessados em concorrer, e a primeira dica é não ficar parado esperando que alguém ou que a sua instituição lhe diga o que fazer e aonde buscar!

Faça periodicamente pesquisas ao google, aos sites de agências de fomento, como a CAPES, CNPq, PRECIOSA, FCT, Fundação Gulbekian e aos sites de programas de pós-graduação que lhe interessem, pois muitos cursos divulgam informações úteis a respeito.

Vale lembrar que o objetivo de um trabalho dessa natureza está em desenvolver formas de intervenção que permitam melhorar o enfrentamento do fenômeno que será observado, a partir do conhecimento que está sendo adquirido. Trata-se de conhecer para transformar. Ter isso em mente é muito importante a meu ver, porque acredito seja mais interessante trabalhar com a ideia de buscar um conhecimento e a partir disso procurar contribuir para lidar com o fenômeno, como, por exemplo, a produção de indicadores reconhecidos como produtos acadêmicos resultado da investigação. Isto deve estar muito claro no projeto.

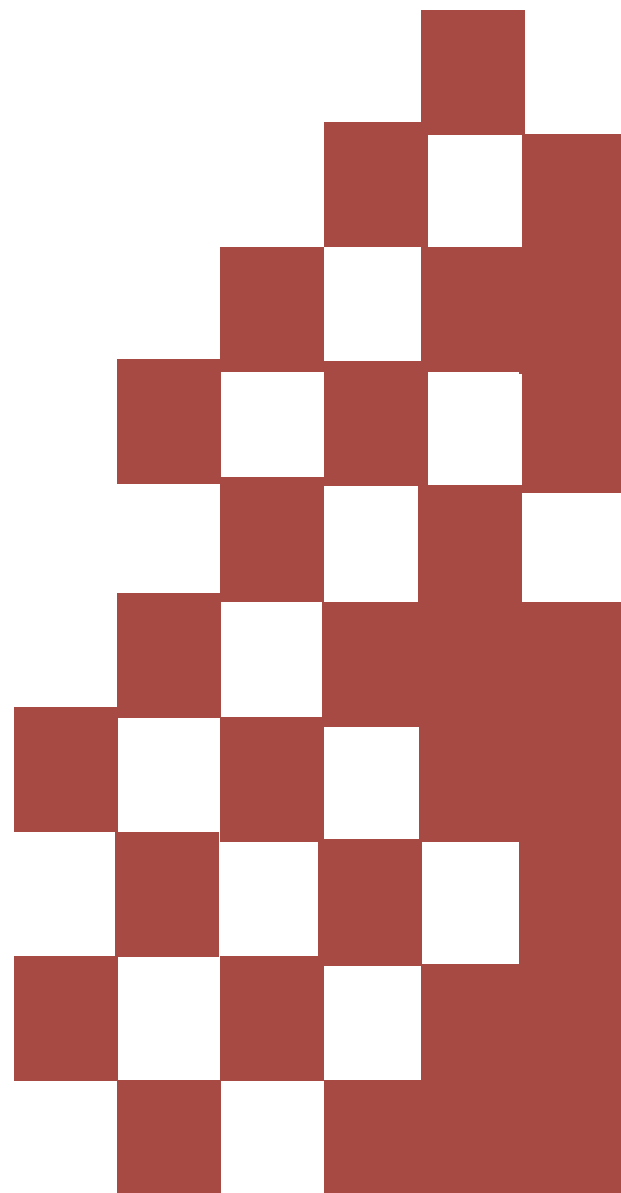
Cada edital tem as suas peculiaridades e exigências, que devem ser observadas com muita atenção pelos candidatos. Há sempre algum espaço para uma apresentação do candidato que se deve aproveitar para dizer como é relevante o seu projeto e porque merece ser financiado.

Vale lembrar que um projeto é um gênero literário específico, e devemos estar atentos a isto. O objetivo deste tipo de texto é demonstrar que temos uma proposta de investigação realizável. As hipóteses são um conjunto de enunciados através dos quais se especula certas situações.

A metodologia que deve ser exposta no projeto deve ter por objetivo desenhar o mapa da realidade que vamos investigar, ainda sem saber o ponto de chegada, mas observando as nuances durante o percurso. Portanto, é importante conseguir já no projeto articular o enquadramento teórico com as hipóteses e a metodologia escolhida, pois dá o indicativo de que o candidato possui o conhecimento mínimo suficiente para prosseguir a investigação.

É, sem dúvida, um trabalho árduo e que nos acompanhará por muito tempo, portanto exige muita reflexão sobre os motivos que nos levam a tal esforço.

Boa sorte a todos nesta caminhada! ■



Dissertações de Mestrado

Ana Catarina Freitas Ribeiro, **Sonoridades Urbanas: A cidade da audição. Construção de um arquivo sonoro de Coimbra.** Orientador: Doutor Carlos Fortuna.

Ana Filipa Gamboa Queirós, **Respirar Cuidados. Contributos para uma análise sociológica das narrativas das experiências das pessoas com asma.** Orientador: Doutor J. Arriscado Nunes.

Luany Promenzio, **Em Higienópolis não! O caso do metrô de São Paulo.** Orientador: Doutor Elísio Estanque.

Luís Miguel Costa Jesus, **Produção, Reprodução, Reflexividade. O caso dos *Advice Animals*.** Orientadora: Doutora Sílvia Ferreira.

Patrícia Alexandra Balbino Grilo, **A complexidade na intervenção com famílias socialmente vulneráveis. Um estudo de caso do CAFAP.** Orientadora: Doutora Sílvia Ferreira.

Paulo Jorge Pires Vargues, **A formação profissional como elemento de literacia nas sociedades semiperiféricas.** Orientador: Doutor Paulo Peixoto.

Pedro Emanuel Almeida Martins, **A garagem onde nasci: A cena musical rock de Coimbra nos anos 90.** Orientador: Doutor Claudino Ferreira.

Teses de Doutoramento

Maria Madalena Duarte, **Para um Direito sem margens: Representações sobre o Direito e a violência contra as mulheres.** Orientador: Doutor Boaventura S. Santos.

Carlos Nolasco, **Fintar Fronteiras: Migrações Internacionais no Futebol Português.** Orientadores: Doutores José Manuel Mendes e João Peixoto.

Lino Silva Fernandes, **O Desenho na Internet, Forma, Referencialidade e Performatividade.** Orientador: Doutor J. Arriscado Nunes.

Carina Sousa Gomes, **Cidades e Imaginários Turísticos. Um estudo sobre quatro cidades médias da Península Ibérica.** Orientador: Doutor Carlos Fortuna.

Lino Oliveira Neves, **Volta ao Começo: Demarcação Emancipatória de Terras Indígenas no Brasil.** Orientador: Doutor Boaventura S. Santos.

Berta Teixeira, **A Colaboração em Teatro - ensaiado "com" a sociologia.** Orientador: Doutor J. Arriscado Nunes.

João Paulo Dias, **O Ministério Público e o Acesso ao Direito e à Justiça: entre as competências legais e as práticas informais.** Orientador: Doutor Boaventura S. Santos.

Maria Strecht de Almeida, **Estudos do Envelhecimento Eritrocitário e Outras Multiplicidades em Biomedicina.** Orientadores: Doutores J. Arriscado Nunes e Alexandre Quintanilha.

João António Pedroso, **Acesso ao Direito e à Justiça: um direito fundamental em (des)construção: O caso do acesso ao direito e à justiça da família e das crianças.** Orientador: Doutor Boaventura S. Santos.

Relatórios de Estágios de Mestrado

Fátima Cristina Tavares da Silva, **Arte e Cultura na conquista da cidadania e integração social.** Orientadora: Doutora Paula Abreu.

Irene Sofia Peixoto Azeredo Lobo, **Planeamento para a Intervenção. O caso do diagnóstico social de Taveiro.** Orientador: Doutor Hermes Costa.

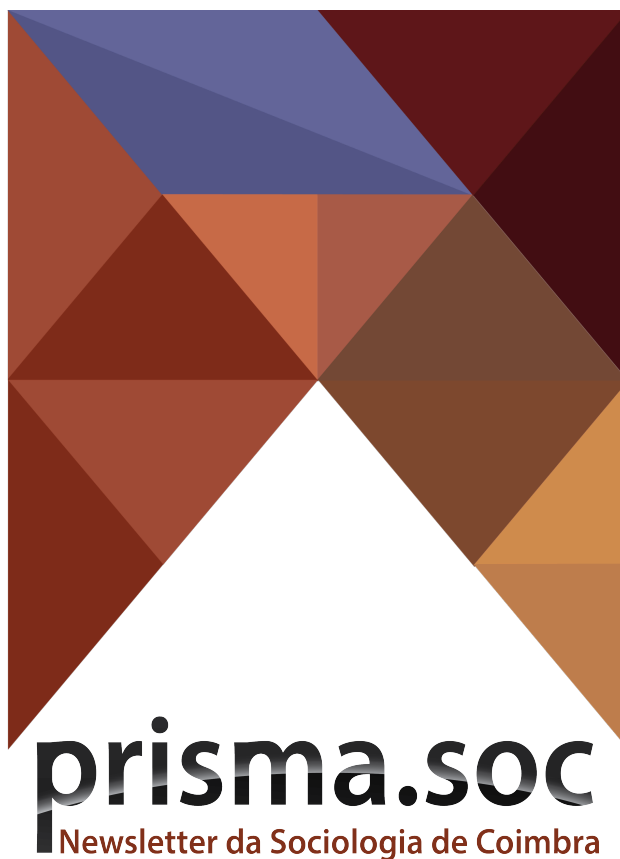
Maria Delfina Pereira Valentim, **Refeições Escolares e Ação Social. O caso do Município de Coimbra.** Orientador: Doutor Paulo Peixoto.

Mariana Dias Trindade Andrade Caramelo, **Impacto da crise nas IPSS do distrito de Coimbra.** Orientador: Doutor Pedro Hespanha.

Renato Emanuel Nogueira Gomes, **Estudo de Públicos do Museu Nacional Machado de Castro.** Orientadora: Doutora Paula Abreu.

Rita Isabel Carvalho Francisco, **A OIT e a Regulação Internacional da dimensão social.** Orientador: Doutor António Casimiro Ferreira.

Soraia Andreia Martins Correia, **Discriminação nos media em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa escrita portuguesa.** Orientadora: Doutora Virgínia Ferreira.



Contactos

Email: newsoc@fe.uc.pt

Morada: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Av. Dias da Silva, 165, 3004-512 – Coimbra – Portugal.

Orientações para publicação:

A Newsletter *prisma.soc* é uma publicação dos cursos de Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC) destinada à difusão de informação e à publicação de pequenos ensaios e reflexões, assim como à divulgação de encontros e eventos realizados na FEUC e outras instituições. A *prisma.soc* publica textos da autoria de estudantes e professores dos cursos de pós-graduação, mestrado e doutoramento em Sociologia, mas também aceita contribuições de todos/as interessados/as em divulgar trabalhos e informações de natureza sociológica. A decisão sobre a publicação de contributos não solicitados será comunicada com celeridade aos autores.

Os/as colaboradores/as da *prisma.soc* devem observar as seguintes limites para as várias rubricas (em número de caracteres, incluindo espaços): "No terreno": 5.000; "Ensaio": 7.000; "Encontro": 3.000. As restantes colaborações não solicitadas não devem exceder 3.000 caracteres.

Os textos propostos devem incluir uma imagem de ilustração, a ser enviada conjuntamente para: newsoc@fe.uc.pt.

Outras informações poderão ser consultadas em: <http://www.uc.pt/feuc/eea/doutoramentos/sociologia/prisma.soc>